

PAULO FREIRE E A REVOLUÇÃO DIGITAL A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO, HOJE, TEM UM HORIZONTE DIGITAL

DOWBOR, Ladislau

RESUMO

Paulo Freire tinha plena consciência das oportunidades que se abriam com a revolução digital, ainda que incipiente. Em conversa solta, já nos anos 90, ele que sempre foi homem da caneta tinteiro, comentou a que ponto nós, da nova geração, poderíamos ver nossa capacidade de pesquisa e de produção científica multiplicada com as novas tecnologias. É interessante pensar na trajetória desse homem que começou batalhando pelo acesso ao alfabeto, e na fase final da vida assistiu à explosão dos sistemas de informação. As tecnologias se deslocaram sem dúvida, mas a questão essencial do conhecimento como caminho de apropriação dos nossos destinos, central no pensamento do Paulo, continua mais atual do que nunca.

Palavras-chave: Desigualdade. Educação. Inclusão digital. Pedagogia

ABSTRACT

Paulo Freire was fully conscious of the opportunities opened by the digital revolution, even if it was incipient. In a free chat, in the 90s, he who always relied on the traditional fountain-pen, commented on how the new generation would benefit in research and scientific production capacity with the new digital technologies. It is interesting to consider the life of a man who started battling for the access to the alphabet and in later years would witness the explosion of information systems. The technologies are certainly new, but the essential question of access to knowledge as a means to recover control over our destinies, central in Paulo's teaching, continues more powerful than ever.

Keywords: Digital inclusion. Education. Inequality. Pedagogy

Por trás do desafio do acesso às letras, no caso da alfabetização, ou aos sinais virtuais na tela, no caso da inclusão digital, está o problema central da desigualdade. A mesma angústia de uma pessoa que tinha dificuldades em ler um endereço, e se sentia fora do mundo, é vivida por mais de um terço da humanidade de excluídos

do universo online, quando as coisas mais simples do cotidiano exigem destreza na tela e no teclado, armazenamento de senhas, e a capacidade de pagamento correspondente. As tecnologias mudaram, mas não a exclusão, e a consequente fragilização política.

A dimensão do acesso ao conhecimento como condição de acesso à cidadania, tão presente na obra de Paulo Freire, não só continua presente, como se agrava. Para já, um terço da humanidade, ou por não ter acesso aos equipamentos, ou por não ter como pagar as taxas extorsivas, ou por se encontrar em regiões desprovidas de sinal, ou inclusive de energia, encontra-se de certa maneira como que no escuro, desligada do mundo digital onde acontecem as coisas. Na sociedade do conhecimento, o não acesso tornou-se mais dramático.

O conhecimento hoje constitui o principal fator de produção. A capacidade física e disposição para o trabalho não garantem o acesso a uma remuneração digna. As pessoas precisam de uma bagagem de conhecimentos frequentemente muito ampla, e não à toa nas medidas internacionais de desigualdade hoje se inclui, além da desigualdade de renda e de patrimônio, a desigualdade educacional.

O CONTROLE DA ECONOMIA DIGITAL

O conhecimento se tornou em grande parte imaterial. O mundo corporativo é hoje dominado não por grandes fábricas de automóveis, por exemplo, mas por gigantes mundiais que controlam os sinais magnéticos, como Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft, oligopólio hoje conhecido pela sigla GAFAM. Na China dominam gigantes semelhantes, Baidu, Alibaba, Tencent, o BAT. E como o dinheiro também se tornou imaterial – apenas 3% da liquidez que circula no mundo envolve notas impressas por governos – o sistema de intermediação financeira se transformou igualmente, com o domínio de gigantes mundiais que cobram taxas sobre toda e qualquer transação.

Essa transformação da base tecnológica das atividades econômicas mudou em profundidade o que chamávamos de acumulação de capital. No capitalismo tradicional que conhecemos, a extração do excedente pelas elites, sob forma de mais-valia, era assegurada pela exploração salarial. No Brasil de hoje, com 212 milhões de habitantes e cerca de 150 milhões de adultos, apenas 33 milhões de pessoas têm emprego formal no setor privado. Somando 11 milhões de empregados do setor público, temos 44 milhões de pessoas efetivamente inseridas no sistema. No setor informal, temos cerca de 40 milhões de pessoas que “se viram”, e somando os 15 milhões de desempregado agora com a pandemia, mais da metade da população do país encontra-se marginalizada. A subutilização da força de trabalho constitui um problema central do desenvolvimento do Brasil.

APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE SOCIAL

O capitalismo existente, hoje chamado de neoliberalismo, gera pouco emprego, e permite a uma minoria explorar as pessoas de maneira muito mais intensiva,

por meio do endividamento. O resultado é uma desigualdade que aumenta de forma radical, por meio de mecanismo que as pessoas pouco entendem e frente aos quais se sentem impotentes. No mundo o 1% dos mais ricos tem mais riqueza acumulada do que os 99% do resto da humanidade. No Brasil, em plena pandemia, com a economia em queda, 42 bilionários (em dólares) aumentaram as suas fortunas em US\$34 bilhões entre 18 de março e 12 de julho de 2020. Isso equivale a 180 bilhões de reais, o equivalente a 6 anos de Bolsa Família, em 4 meses, isentos de impostos, e para pessoas que não produzem, são banqueiros, donos de aplicações financeiras. A financeirização hoje é mundial, mas no Brasil atingiu formas grotescas. A grande corrupção gerou os seus mecanismos legais.

As grandes corporações da intermediação das mídias sociais se apresentam como gratuitas, mas atingem capitalizações de centenas de bilhões de dólares. Na realidade, são financiadas por empresas que as usam para a publicidade dos seus produtos, custos que são incorporados no preço dos produtos, e que nós pagamos. Trata-se das maiores fortunas mundiais, e o dinheiro sai dos nossos bolsos. Praticamente não pagam impostos. Gerou-se o que tem sido chamado de 'capitalismo extrativo', outros de capitalismo parasitário, provocando hoje uma enxurrada de denúncias por pessoas tão insuspeitas como Joseph Stiglitz, "Nobel" de economia. Martin Wolf, economista-chefe do Financial Times, escreve que este sistema "perdeu sua legitimidade".

O capitalismo dos produtores, por exemplo de sapatos ou bicicletas, pelos menos gerava emprego, produtos úteis, e pagava impostos. O capitalismo da era digital descobriu que é muito mais lucrativo simplesmente cobrar pedágio. Você já pensou que o dinheiro que o banco empresta com juros absurdos simplesmente não é dele? E que não precisou produzir nada? O sistema mudou em profundidade, estamos em plena revolução digital, e precisamos que muita gente entenda a farsa para poder desmontá-la, e tornar o acesso ao conhecimento aberto e gratuito, e o acesso ao nosso dinheiro de forma produtiva. No quadro das iniciativas do Instituto Paulo Freire, chamamos esse esforço de formação online, para que as pessoas entendam os novos mecanismos de apropriação do excedente social, de Pedagogia da Economia.

Não se trata apenas de reduzir a exploração absurda por parte de oportunistas que ganham muito travando a produtividade da sociedade. Trata-se de repensar as regras do jogo. A sociedade do conhecimento, diferentemente da era industrial, precisa regular as atividades segundo novas exigências. O Uber funciona com os novos potenciais da conectividade que resultam das novas tecnologias. Pode ser muito útil, mas está no vazio jurídico que gerou taxas de exploração absurdas. A Apple paga impostos da ordem de 0,05% sobre os seus imensos lucros, pois funciona em escala mundial, enquanto os governos são nacionais, o que lhe permite deslocar a sua sede social para onde terá maiores isenções, inclusive para paraísos fiscais. Vivemos hoje na era da economia imaterial, quando as leis e regras do jogo em geral pertencem ao século passado.

AS OPORTUNIDADES PERDIDAS

As novas tecnologias, na ausência de regras do jogo correspondentes, geram desastres ambientais, sociais e econômicos. Não é por falta de recursos que isso acontece. Os 85 trilhões de dólares que representam o PIB mundial significam que produzimos cerca de 18 mil reais por mês por família de 4 pessoas. Podemos perfeitamente assegurar uma vida digna e confortável para todos no planeta, bastando reduzir moderadamente a desigualdade. Os maiores bancos do mundo financiam mais de 2 trilhões de dólares anuais de investimentos destrutivos para o meio ambiente. Não conhecem os projetos que financiam? E o fato de se aprofundar a desigualdade significa que empresas efetivamente produtivas de coisas úteis se veem travadas por falta de capacidade de compra da população. O sistema não funciona nem no plano ambiental, nem no social, nem no econômico. Como tão bem evidenciado pelo movimento Economia de Francisco, estamos procurando novos rumos.

O fato de podermos, com tecnologias mais avançadas, produzir mais com menos esforço é em si um fator proveitoso. Mas com muita gente mal sobrevivendo no setor informal ou desempregados, é preciso assegurar uma renda básica para todos, desvinculando o acesso à renda e inclusive a educação, a saúde e a segurança, da existência do vínculo profissional formal. Como vimos, há recursos para isso. E podemos reduzir a jornada de trabalho, redistribuindo o emprego formal para mais pessoas: trabalhar menos para trabalharem todos, como se chamou essa tendência. Na realidade, cidade por cidade no Brasil vemos a imensa subutilização do trabalho, com tantos desempregados, e em volta das cidades tanta terra parada: muitas cidades no mundo geram cinturões verdes, de atividades horti-fruti-granjeiras, em torno dos espaços urbanos, assegurando atividades produtivas cujo investimento retorna com mais renda e produto para todos.

O bem-estar das famílias, o chamado bem-comum, não depende apenas do acesso a uma renda básica, que permite fazer as compras, pagar o aluguel e semelhantes. Depende em pelo menos 40% do acesso a bens de consumo coletivo, como ruas pavimentadas, escolas, hospitais, segurança pública. Não se compra uma delegacia, um hospital, uma escola. Há custos, mas sai simplesmente muito mais barato e é muito mais eficiente assegurar o acesso público, gratuito universal, como funciona em tantos países. Nos Estados Unidos a saúde é em grande parte privatizada, custa US\$10.400 por pessoa e por ano, e o país está entre os últimos da OCDE em termos de nível de saúde da população. O Canadá está entre os primeiros, e os custos são da ordem de US\$4.400, menos da metade. Manter os serviços básicos na esfera pública é essencial, pois uma vez privatizados buscam logicamente satisfazer quem tem mais dinheiro, e não quem tem mais necessidade.

Temos igualmente de generalizar o acesso ao sinal banda-larga de qualidade gratuito ou semi-gratuito para todo o território. Inúmeras cidades no mundo, inclusive uma cidade como Piraí no Brasil, asseguram o sinal em todo o espaço urbano. Porque limitar o acesso gratuito a aeroportos e alguns lugares mais? A inclusão digital generalizada constitui um dos investimentos de maior valor custo-benefício,

o chamado retorno social sobre o investimento. As ondas eletromagnéticas são da natureza, não da Globo nem da Claro. Os custos de infraestrutura são muito baixos, e os de funcionamento quase nulos. Precisamos pagar o que pagamos para a telefonia, a internet e programas melhores de TV?

As chamadas 'infovias' de acesso à comunicação podem ser gratuitas, ou com pagamento simbólico. Pessoas com bom acesso podem muito mais facilmente criar novas atividades, acessar informações, divulgar suas habilidades. A circulação nas ruas, tanto de pessoas como de carros, é gratuita, ainda que os custos sejam elevados em termos de construção e manutenção. Mas essa gratuidade assegura que possam se instalar comércios e diversas atividades lucrativas. Da mesma forma, o acesso às infovias de comunicação deve ser gratuito, o que permitirá mais pessoas desenvolverem aplicações lucrativas e pagas. Cobrar os pedágios que se cobra atualmente sobre o acesso é contraproducente.

A ECONOMIA IMATERIAL

O conhecimento tornou-se o principal fator de produção. Um celular poderá ter 5% do seu valor atribuído à matéria prima e à força de trabalho empregada. Os outros 95% constituem conhecimento incorporado. Mas o peso econômico das tecnologias e de pesquisa incorporados tornou-se essencial nas mais variadas áreas. Mesmo a agricultura familiar depende de tecnologias de inseminação artificial, análise de solo, estudos hídricos, seleção de sementes e outros aportes sob forma de conhecimento incorporado nos processos produtivos.

As grandes fortunas resultam cada vez menos de produção de bens e serviços finais, como de automóveis: trata-se de controle do acesso ao intangível, plataformas de intermediação em vez de fábricas. A mudança é sísmica, pois o intangível pode ser indefinidamente reproduzido sem custos adicionais, abrindo a possibilidade de uma generalização planetária de aumento de produtividade sem custos adicionais.

Haskel e Westlake, no livro *Capitalism without Capital* captam a diferença profunda que caracteriza esse capital intangível. Não se trata de "um ativo físico como uma fábrica ou uma loja ou uma linha telefônica: uma vez que esses ativos atingem a sua capacidade, é preciso investir em novos ativos. Mas os intangíveis não precisam obedecer ao mesmo conjunto de leis da física: podem em geral ser usados de novo e de novo. Chamemos esta característica dos intangíveis de potencial de escala (*scalability*)... Não deve ser uma surpresa para nós que coisas que não podemos tocar, como ideias, relações comerciais e *know-how* sejam fundamentalmente diferentes de coisas físicas como máquinas e construções." (60-61)¹

O controle da informação, das redes, do dinheiro imaterial, do acesso ao conhecimento, dos sistemas de comunicação e outros setores de atividade imaterial, inclusive a financeirização acelerada da própria educação, estão gerando um outro universo econômico, social e político. Somos dominados não mais por

1 Haskel, Jonathan and Stian Westlake – *Capitalism without Capital: the rise of the intangible economy* – Princeton University Press, Oxford 2018

capitalistas produtivos, mas por gigantes da intermediação. É cada vez mais uma economia do pedágio.

AS OPORTUNIDADES NA CRISE

O denominador comum é que a conectividade planetária e a primazia da dimensão imaterial do principal fator de produção estão gerando novas regras do jogo. Na visão de Rifkin, no *A Sociedade de Custo Marginal Zero*, a rápida expansão desta nova economia leva a uma possibilidade de escaparmos do poder dos gigantes da intermediação e da filosofia da guerra econômica de todos contra todos, expandindo progressivamente os espaços de colaboração direta entre os agentes econômicos ao mesmo tempo produtores e consumidores, os famosos “prosumers”.

Otimismo exagerado? Talvez, mas a expansão das novas tecnologias, da economia imaterial e da conectividade planetária abre espaço para uma compreensão muito mais ampla das oportunidades que surgem para uma economia mais humana. Na obra de Rifkin ecoam evidentemente os trabalhos de Hazel Henderson sobre a “*win-win society*”, do Clay Shirky sobre o ‘excedente cognitivo’, do Don Tapscott sobre as articulações horizontais entre agentes econômicos (*Wikinomics*) e outros. A realidade é que há uma outra economia/sociedade em construção. Para que mundo estamos educando as pessoas?

A lógica de organização herdada do século passado, centrada na privatização e competição, simplesmente não resolve. A apropriação privada, no caso dos bens rivais, é compreensível. Se eu passo o meu relógio a alguém – bem físico – deixo de tê-lo. Mas se compartilho uma ideia, continuo com ela. E uma vez coberto o eventual custo de elaboração da ideia, ela pode circular e ser apropriada pelo planeta afora sem me tirar pedaço. Trata-se justamente de uma “sociedade de custo marginal zero”.

Elinor Ostrom consagrou a sua vida de pesquisa aos bens comuns, como a água, as florestas, os recursos pesqueiros e outros, pesquisa que lhe valeu o Nobel do Banco da Suécia, aliás primeiro “Nobel” de economia concedido a uma mulher. Com Charlotte Hess, organizou uma coletânea em que os estudos anteriores que realizou sobre os bens comuns são aproveitados para pensar e entender também o conhecimento como bem comum, numa análise desta profunda transformação que irá caracterizar o século XXI.

O conceito chave aqui é *commons*, que aqui traduzimos como bens comuns: “*Commons* se tornou uma palavra de referência para informação digital, que estava sendo trancafiada (*enclosed*), transformada em commodity e patenteada de maneira abusiva (*overpatented*). Seja qual for a denominação utilizada, bens comuns ligados ao ‘digital’, ‘eletrônico’, ‘informação’, ‘virtual’, ‘comunicação’, ‘intelectual’, ‘internet’ ou outros, todos estes conceitos se referem a um novo território compartilhado de informação global distribuída.” (4) A orientação básica desse novo território é o seu imenso potencial de apropriação generalizada: “Quanto mais pessoas compartilharem conhecimento útil, maior será o bem comum. Considerar o conhecimento como bem comum, portanto, sugere que o

eixo unificador de todos os recursos comuns se encontra no seu uso compartilhado, gerido por grupos de várias dimensões e interesses. ” (5)

O acesso aberto e compartilhado não significa a ausência de formas de gestão, o vale tudo. Nisto o aporte de Ostrom, que estudou durante décadas as mais variadas formas de gestão compartilhada de bens comuns – o uso de recursos comuns de água para o cultivo do arroz na Ásia, os pactos de limitação de uso da água nos Estados Unidos e outros – é precioso, pois oferece um referencial de regras do jogo construídas pelos próprios usuários, que se organizam para não destruir o que é de uso comum por meio de arranjos institucionais inovadores.

Os diversos capítulos trazem as visões de James Boyle sobre o conhecimento visto como ecossistema, mostrando o absurdo que é trancar o acesso aberto a obras por mais de setenta anos (125); de Wendy Lougee sobre as transformações da universidade e em particular das funções das bibliotecas universitárias quando o conhecimento passa a ser universalmente disponível; de Peter Suber sobre a evolução do acesso aberto (*open access*); de Shubha Gosh sobre os novos conceitos de propriedade intelectual; de Nancy Kranich sobre as tentativas por parte de corporações de trancar o acesso e gerar um novo movimento de “*enclosures*” no mundo científico e na educação; de Peter Levine sobre formas de organização da sociedade civil em torno dos novos arranjos e assim por diante.

Diferentemente dos bens industriais, as ideias têm de circular livremente. Um texto de 1813 de Thomas Jefferson é neste sentido muito eloquente: “Se há uma coisa que a natureza fez que é menos suscetível que todas as outras de propriedade exclusiva, esta coisa é a ação do poder de pensamento que chamamos de ideia... Que as ideias devam se expandir livremente de uma pessoa para outra, por todo o globo, para a instrução moral e mútua do homem, e o avanço de sua condição, parece ter sido particularmente e de maneira benevolente desenhado pela natureza, quando ela as tornou, como o fogo, passíveis de expansão por todo o espaço, sem reduzir a sua densidade em nenhum ponto, e como o ar no qual respiramos, nos movemos e existimos fisicamente, incapazes de confinamento, ou de apropriação exclusiva. Invenções não podem, por natureza, ser objeto de propriedade. ”

De certa maneira, temos aqui uma grande tensão, de uma sociedade que evolui para o conhecimento, a densidade cultural e a economia imaterial, mas regendo-se por leis da era industrial. O essencial aqui, é que o conhecimento é indefinidamente reproduzível, e por tanto só se transforma em valor monetário quando apropriado por alguém, e quando quem dele se apropria coloca um pedágio, “direitos”, para se ter acesso. Para os que tentam controlar o acesso ao conhecimento, este só tem valor ao criar artificialmente, por meio de leis e repressão e não por mecanismos econômicos, a escassez. Por simples natureza do processo, a aplicação à era do conhecimento das leis da reprodução da era industrial trava o acesso. Curiosamente, impedir a livre circulação de ideias e de criação artística tornou-se um fator, por parte das corporações, de pedidos de maior intervenção do Estado. Os mesmos interesses que levaram a corporação a globalizar o território para facilitar a circulação de bens, levam-na a fragmentar e a dificultar a circulação do conhecimento.

A questão central de como produzimos, utilizamos e divulgamos o conhecimento envolve por tanto um dilema: por um lado, é justo que quem se esforçou para desenvolver conhecimento novo seja remunerado pelo seu esforço. Por outro lado, apropriar-se de uma ideia como se fosse um produto material termina por matar o esforço de inovação. *A propriedade intelectual* não tem limites?

Numa universidade americana, com a compra das revistas científicas por grandes grupos econômicos, um professor que distribuiu aos seus alunos cópias do seu próprio artigo foi considerado culpado de pirataria. Poderia quando muito exigir dos seus alunos que comprem a revista onde está o seu artigo. Todos conhecem o absurdo de patentes sobre segmentos de DNA, de bactérias, sementes e outras formas de vida, *copyrights* sobre criação intelectual que se estendem até 70 ou mais anos depois da morte do autor e semelhantes. Pela lei vigente no Brasil, os textos de Paulo Freire estarão livremente disponíveis apenas a partir de 2067! Estamos na realidade travando a difusão do progresso, em vez de facilitá-la.

Não são visões extremistas que encontramos nos trabalhos de Lawrence Lessig sobre o futuro das ideias, de James Boyle sobre a dimensão jurídica, de André Gorz sobre a economia do imaterial, de Jeremy Rifkin sobre a economia da cultura, de Eric Raymond sobre a cultura da conectividade, de Joseph Stiglitz sobre os limites do sistema de patentes, de Manuel Castells sobre a sociedade em rede, de Alvin Toffler sobre a 'terceira onda', de Pierre Lévy sobre a inteligência coletiva, de Hazel Henderson sobre os processos colaborativos. São visões de bom senso, e muitos pesquisadores, autores e editores estão se reajustando. Novas dinâmicas estão em curso, e ocupando espaços na linha de frente tecnológica, ultrapassando dinâmicas desatualizadas. Instituições de pesquisa como o MIT, autores científicos como Lester Brown, editoras como a Fundação Perseu Abramo, autores de música como Gilberto Gil e tantos outros estão apontando para um universo mais equilibrado. Não se trata de utopias, e sim de mudanças em curso, e os que souberem se readaptar vão encontrar o seu lugar.

O Brasil neste plano enfrenta uma situação peculiar, pois herdou uma desigualdade que marginalizou grande parte da sua população, e a economia do conhecimento e os seus potenciais ficaram essencialmente limitados ao terço superior da população. É um país onde o setor informal da economia representa quase a metade da população economicamente ativa. Não podemos nos dar ao luxo de não aproveitar ao máximo o imenso potencial que as novas tecnologias apresentam. Generalizar o acesso à banda larga de qualidade, abrir de forma gratuita o acesso ao conhecimento, na linha do movimento mundial de Ciência Aberta, Creative Commons, Open Access e semelhantes, transformar as instituições de ensino em núcleos de navegação no universo de conhecimento online que banha o planeta, formar os professores na nova filosofia de construção colaborativa e interativa do conhecimento, são caminhos que se abrem para uma educação que assuma o protagonismo no seu próprio processo de transformação.

A revolução digital está abrindo um universo de oportunidades. Não precisamos pagar pedágios para os gigantes corporativos da intermediação que são as plataformas como Google, Face, Amazon etc., ou para os bancos que nos endividam

ao nos emprestar o nosso próprio dinheiro. A educação não só precisa resistir à sua transformação em produto comercial na mão dos gigantes corporativos, como precisamente se tornar em instrumento para nos liberar, generalizando a compreensão dos mecanismos. Precisamos, de certa maneira, mudar os meios e os fins. A alfabetização, em outra época e na visão de Paulo Freire, tratava justamente tanto do meio de aquisição do conhecimento, como dos fins libertadores. Hoje, para não estar excluído, o nível de conhecimento precisa ser muito mais amplo do que a alfabetização que batalhava Paulo Freire. A Pedagogia do Oprimido, hoje, tem um horizonte digital.

TEXTOS DE APOIO

À medida que entramos na economia do conhecimento as novas dimensões começam a se desenhar. Temos aqui excelentes aportes de Yochai Benkler, do James Boyle, ou o fantástico *O futuro das ideias* de Lawrence Lessig <https://dowbor.org/2004/06/the-future-of-ideas.html/>. Gar Alperovitz e Lew Daly escreveram o excelente *Apropriação Indébita*, <http://dowbor.org/2010/11/apropriacao-indebita-como-os-ricos-estao-tomando-a-nossa-heranca-comum.html/>. Uma visão de conjunto das transformações pode ser encontrada no livro de Elinor Ostrom e Chalotte Hess, *Understanding Knowledge as a Commons*, <https://dowbor.org/2015/05/elinor-ostrom-e-charlotte-hess-understanding-knowledge-as-a-commons-entendendo-o-conhecimento-como-um-bem-comum-cambridge-mit-press-cambridge-2007.html/> Veja-se uma resenha dos diferentes aportes que apresentamos no artigo *Da propriedade intelectual à economia do conhecimento*, <http://dowbor.org/2009/11/da-propriedade-intelectual-a-economia-do-conhecimento-outubro.html/>

Ladislau Dowbor é professor de economia da PUC-SP, consultor de diversas agências da ONU, autor de numerosos estudos disponíveis gratuitamente online em www.dowbor.org O seu último livro, *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*, trata em particular dos impactos da revolução digital. Contato: ldowbor@gmail.com